

CARTA ABERTA

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2013

O Departamento de Teoria e História da Arte (DTHA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pede que sejam trazidas à consideração as seguintes ponderações relativas ao Projeto de Lei Nº 368, que visa regulamentar o exercício da profissão de historiador.

Há muitas décadas, tanto no Brasil quanto internacionalmente, a história da arte representa um saber específico, o qual se configura, do ponto de vista acadêmico, de modo autônomo.

Em solo brasileiro, cite-se que, em 1957, foi criado, pela Secretaria de Cultura do Estado da Guanabara, o Instituto de Belas Artes (IBA), que fez o vestibular para o Curso Superior de História da Arte em 1961. Em 1963, formou-se a primeira turma, composta por 13 historiadores da arte. No mesmo ano, o Curso foi incorporado à UEG, que o abrigou até 1966, quando o IBA foi transferido para o Parque Lage. Entre 1975 e 1976, a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro conduziu à transformação do IBA em Escola de Artes Visuais (EAV). A sua estrutura de cursos livres, porém, não comportava o Curso Superior de História da Arte, que passou a ser mantido pela Secretaria de Educação e Cultura do novo Estado do Rio de Janeiro. Em 1977, formou-se na UERJ um grupo de estudo para avaliar o Curso. Propôs-se, então, a sua incorporação à UERJ, o que ocorreu no início de 1978, quando se assinou um convênio entre a SEEC/RJ, que ficaria responsável pela coordenação artística, e a UERJ, através da Faculdade de Educação, que ficaria incumbida da complementação pedagógica e da supervisão do Curso. O convênio mencionava a possibilidade de incorporação definitiva do curso à UERJ, o que acabou acontecendo ainda em 1978. Nessa época, sofreu alterações em sua grade curricular de forma a transformar-se numa Licenciatura em Educação Artística, com Habilitação em História da Arte, sob a responsabilidade do Departamento de Educação Artística (DEART). Em 1999, uma reforma curricular deu origem ao Curso de Artes, com Licenciatura e Bacharelado em História da Arte e Artes Plásticas. Essa reforma foi implantada a partir de 2002, concomitantemente à criação do Instituto de Artes, que passou a oferecer o Curso. Em 2006, por força de nova legislação, uma nova reforma curricular criou dois cursos distintos dentro da graduação em Artes Visuais: História da Arte (bacharelado), Artes Visuais (bacharelado e licenciatura).

Muito recentemente, diversos cursos de graduação em História da Arte foram criados no Brasil: na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em 2009, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2010, e na Universidade de Brasília (UnB) em 2012. Todos esses cursos possuem direções e programas muito diferenciados entre si, mas comungam de uma mesma premissa, qual seja, a de que a história da arte constitui um espaço autônomo no âmbito acadêmico.

É importante citar, ainda, os cursos de pós-graduação em história da arte, os quais têm crescido significativamente ao longo das últimas décadas. Cursos de pós-graduação em Artes, com linhas de pesquisa na área de História da Arte, existem na Universidade de São Paulo

(Usp) desde 1972, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) desde 1985, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desde 1991. Na Uerj, o programa de mestrado em Artes, com uma linha de pesquisa específica de História e Crítica de Arte, foi fundado em 2005, foi recentemente acrescido, similarmente, de uma entrada para doutorandos (2012).

Entretanto, é preciso indicar que, antes da criação desses cursos autônomos, a história da arte, como disciplina, integrava cursos superiores em áreas afins. No Rio de Janeiro, podem ser citadas as disciplinas de história da arte que existiram nos cursos de graduação da Academia Imperial de Belas Artes (Aiba), depois Escola Nacional de Belas Artes (Enba), atual Escola de Belas Artes (Eba-UFRJ), desde o século XIX, e da Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA, atual Fau-UFRJ), desde meados do século XX. Exemplos semelhantes de disciplinas de história da arte são encontrados em instituições correlatas à Aiba, à Enba, à Eba e à FNA, bem como aos Liceus de Artes e Ofícios, datando de mais de um século.

Outro precedente singular é a atuação da historiadora da arte alemã Hannah Levy, que ministrou cursos na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), nas décadas de 1930 e 1940, que foi fundamental na formação dos profissionais que participaram da constituição das políticas de preservação de bens culturais no Brasil.

Ao longo do século XX, o campo acadêmico da história da arte vinculou-se com frequência a outras esferas, como, por exemplo, Letras, Comunicação ou Arqueologia, e formou profissionais aptos a atuar em museus e outras instituições culturais. O processo de criação de instituições museológicas no Brasil, especialmente aquelas dedicadas à arte, ocorreu em paralelo à formação de historiadores da arte e requereu uma qualificação do campo tanto institucional quanto acadêmica, apontando para a necessidade de constituição dos cursos de graduação em História da Arte. Recorde-se, por exemplo, a atuação de alguns historiadores da arte em museus: Walter Zanini como diretor do Museu de Arte Contemporânea da Usp, entre 1963 e 1978; Luiz Marques como curador-chefe do Museu de Arte de São Paulo, nos anos 1990; Guilherme Bueno como curador e diretor do Museu de Arte Contemporânea de Niterói, nos anos 2000; Valéria Piccoli na Pinacoteca do Estado de São Paulo, atualmente.

Internacionalmente, a história da arte existe, enquanto disciplina acadêmica, há séculos. O surgimento da história da arte enquanto uma área específica do conhecimento no mundo ocidental remonta, tradicionalmente, a Giorgio Vasari, que publica a primeira edição das *Vidas* em 1550. Nos séculos seguintes escritos fundamentais – sobretudo a *História da Arte Antiga*, de J. J. Winckelmann (1764) - colaboraram decisivamente para a criação de um terreno universitário especificamente voltado para a disciplina, e, ao longo do século XIX, surgiram, na Europa, diversos departamentos universitários de história da arte. Na primeira metade do século XX, criaram-se aqueles que se contam, até os dias de hoje, entre os mais fortes centros de pesquisa no âmbito da história da arte; pense-se, sobretudo, no Instituto Courtauld, em Londres, criado em 1931, ao qual se uniu posteriormente o Instituto Warburg, surgido a partir de um núcleo de pesquisadores alemães forçados a emigrar para a Inglaterra em decorrência da Segunda Guerra. Nesse período, as maiores e mais influentes universidades do mundo ocidental contavam, já, com um departamento próprio voltado ao estudo e pesquisa da

história da arte; ao longo do século, mesmo universidades de menor porte passaram a contar com um departamento específico de história da arte.

Por outro lado, desde o início do século XIX circulam periódicos internacionais dedicados exclusivamente à apresentação de pesquisas no campo da história da arte; o Burlington Magazine, por exemplo, aparece em 1903, e o Art Bulletin, vinculado a College Art Association (CAA), foi fundado em 1913. No Brasil, atualmente, circulam diversos periódicos específicos do campo da história da arte, como por exemplo: *Concinnitas*, da Uerj, *Revista de História da Arte e Arqueologia*, da Unicamp, *Ars*, da Usp, *Arte & Ensaios*, da UFRJ, *Porto Arte*, da UFRGS, entre outras.

Em 1913 foi fundado o Comitê Internacional de História da Arte (CIHA), o qual tem por objetivo conectar a produção histórico-artística em nível internacional. O CIHA organiza, além de um congresso internacional a cada quatro anos, congressos anuais em diferentes partes do mundo. Em 1972, o Comitê Brasileiro de História da Arte foi fundado, e, desde então, mantém um vivo diálogo com outros comitês nacionais e com o próprio CIHA.

Paralelamente, a Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas (Anpap), criada em 1987, possui um comitê específico de História, Teoria e Crítica, que conta com um número significativo de pesquisadores. A Anpap é reconhecida pela Capes como órgão de representação dos pesquisadores da área. Nesse sentido, é preciso recordar que a História da Arte é uma sub-área de conhecimento da Tabela de Áreas de Conhecimento da área de Artes / Linguística, Letras e Artes, e não da área de História / Ciências Humanas. No nosso departamento, assim como em outros, diversos professores possuem diplomas de mestrado e/ou doutorado em história da arte.

No Brasil, as atividades da Anpap e do CBHA vêm sendo financiadas pelas mais importantes agências de fomento nacionais, a saber, Capes e CNPq, bem como pelas regionais, como Faperj, Fapesp e outras. Nesse sentido, é importante ressaltar que projetos de pesquisa em História da Arte, realizados por pesquisadores lotados em universidades, centros de pesquisa, museus e outras instituições culturais, no Brasil e no exterior, são financiados por essas agências de fomento, com destaque para as bolsas de Produtividade em Pesquisa custeadas pelo CNPq.

A história da arte, portanto, é uma disciplina acadêmica sólida, existindo internacionalmente há quase dois séculos e contando com uma área de atuação ampla e própria. Historiadores da arte possuem espaço autônomo em universidades, museus, galerias e outras instituições vinculadas à arte e à cultura. No Brasil, o campo se encontra em franca expansão, como demonstra não apenas o surgimento dos cursos de bacharelado listados acima mas, também, a incorporação da história da arte ao ensino fundamental e médio de escolas tanto públicas quanto particulares – como, por exemplo, o Colégio Pedro II e o Instituto Federal de Educação, no Rio de Janeiro. A inserção internacional de historiadores da arte brasileiras é cada vez maior, existindo, atualmente, diversos acordos e convênios internacionais entre departamentos de história da arte brasileiros e estrangeiros.

A história da arte é um campo híbrido, como indica sua designação – história + arte –, o que não diminui nenhum dos campos articulados pela soma dos dois termos, mas marca a sua

especificidade, a necessidade de sua autonomia, assim como sua interdisciplinaridade, ou, melhor dizendo, sua transversalidade. A formação do historiador da arte difere, em inúmeros sentidos, daquela do historiador e, enquanto tal, a profissão é reconhecida internacionalmente, no Ocidente e no Oriente, ao Norte e ao Sul, há muitas décadas. A história da arte representa um saber específico, cujos objetivos e critérios ultrapassam o de tratamento da obra como "documento de época", o que implica em uma metodologia diferenciada relativamente à do historiador.

A exclusão do campo da história da arte de todos aqueles que não possuam diploma em história oferece o risco palpável de ser desastrosa em algumas das atividades arroladas (por exemplo, a organização de exposições), uma vez que essas atividades solicitam justamente a especificidade de conhecimento acima mencionada. Em diversas partes do mundo, como anteriormente exposto, o curso de história da arte existe de modo autônomo, em um modelo nacional e internacionalmente bem sucedido.

Nos currículos de História existentes no Brasil, consta na média geral apenas um semestre de história da arte, o que é desproporcional à carga dos cursos de História da Arte, que ademais incluem disciplinas especiais como antropologia, estética, crítica e curadoria. Fica portanto em aberto qual perspectiva curricular e profissional, diante de tal discrepância, se suporá para a formação do historiador da arte, caso ele seja submetido a esta nova estrutura.

Seria absolutamente lamentável que o processo de crescimento pelo qual atravessam os cursos de história da arte no Brasil, incluídas aí todas as conexões nacionais e internacionais que seus docentes têm sido capazes de estabelecer, fosse abortado por uma medida que consideramos não somente arbitrária como, também, academicamente equivocada. Como anteriormente colocado, consideramos que a proposta de redução da atuação do historiador da arte desvirtua uma tradição sólida e exitosa tanto nacional quanto internacionalmente, o que traria grave prejuízo para o cenário acadêmico e cultural brasileiro. Atualmente, tanto os profissionais de história da arte brasileiros quanto seus pares no estrangeiro são reconhecidos internacionalmente, seja por universidades, instituições correlatas (museus, agências de fomento, etc), ministérios da Educação (Capes), da Ciência e Tecnologia (CNPq) e da Cultura (Iphan, Funarte) quanto órgãos da importância da AICA, CIHA ou Unesco, o que traduz, de modo irrefutável, a legitimidade de seu ofício. Soa, portanto, um retrocesso desfazer-se desta conquista e recomeçá-la do zero.

Atenciosamente,

Guilherme Bueno, Leila Danziger, Luiz Cláudio da Costa, Marcelo Campos, Maria Berbara, Mariana Pimentel, Ricardo Basbaum, Roberto Conduru, Roberto Santos Corrêa, Sheila Cabo Geraldo, Tamara Quírico, Vera Beatriz Siqueira

Professores do Departamento de Teoria e História de Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro